



GOVERNAR A CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

*The Governance of Medieval
European Towns*

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



GOVERNAR A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*The Governance
of Medieval European Towns*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 24

GOVERNAR A CIDADE
NA EUROPA MEDIEVAL

*The Governance
of Medieval European Towns*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
GONÇALO MELO DA SILVA
editores

Textos seleccionados das V Jornadas Internacionais de Idade Média “Governar a Cidade na Europa Medieval” (Castelo de Vide, de 8 a 10 de Outubro de 2020) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 6 e 7 de Outubro de 2020).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilla)
Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto/Universidade Autónoma de Lisboa)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Carlos Carreto (Universidade Nova de Lisboa)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Eduardo Aznar Vallejo (Universidad de La Laguna)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Ignasi Baiges Jardí (Universidad de Barcelona)
Isabel Barros Dias (Universidade Aberta)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria João Branco (Universidade Nova de Lisboa)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Mário Farelo (Universidade Nova de Lisboa)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Miguel Metelo Seixas (Universidade Nova de Lisboa)
Pere Verdes Pijuan (Institución Millan y Fontanals CSIC)
Peter Clark (University of Helsinki)
Rafael Sanchez Saus (Universidad de Cádiz)
Rodrigo Dominguez (Universidade do Minho)
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sauro Gelichi (Universidade Ca’Foscari Venezia)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Título	Governar a cidade na Europa medieval The governance of Medieval European towns
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Referência da imagem da capa “Foral de Castelo de Vide”, Torre do Tombo, <i>Leitura Nova</i> , Livro dos forais novos de Entre Tejo e Odiana, fl. 67v.
Coleção	Estudos 24
ISBN	978-989-54529-6-5 (IEM) 978-972-9040-19-1 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco.
Revisão	Mariana Alves Pereira
Depósito legal	489171/21
Impressão	Tipografia Pevidém, Lda.

Índice

Nota de Abertura	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação.....	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva</i>	

PARTE I

A construção da memória e da identidade urbana

Práticas e memórias da governança: escrever, comunicar, arquivar	21
<i>Maria Helena da Cruz Coelho</i>	

<i>D'as coisas da honra da cidade: elementos para o estudo da produção documental na Câmara de Coimbra nos inícios do século XVI</i>	41
<i>Rodolfo Petronilho Feio</i>	

La ciudad y su representación: los sellos diplomáticos de los concejos andaluces (siglo XIII)	63
<i>Pablo Alberto Mestre Navas</i>	

El oficio de pregonero municipal en la Castilla bajomedieval	83
<i>Lisa Walleit</i>	

PARTE II

Governar o espaço municipal

How to Rule a City and its Hinterland?	101
<i>Wim Blockmans</i>	

The Ruler in Times of Famine: Managing subsistence crises in al-Andalus	127
<i>Ana María Carballeira Debasa</i>	

PARTE III

Os rostos do poder: as elites urbanas

Novas elites em terras novas? O governo das cidades no Alentejo central em meados de Duzentos.....	143
<i>Hermenegildo Fernandes</i>	

Aristocracias, élites, oligarquías: reflexiones sobre la evolución de los grupos dirigentes urbanos en el Noroeste hispano a lo largo de la Edad Media (siglos IX-XV) 159

Raúl González González

Les marchands latins et le pouvoir dans les villes portuaires musulmanes de Méditerranée (XII^e-XV^e siècle)..... 181

Dominique Valérian

De las revueltas en Flandes al Regimiento de Burgos. Auge y consolidación de un mercader entre la élite de Laredo: el caso de Fernando del Hoyo (1489-1513) 201

Javier Añibarro Rodríguez

PARTE IV

As relações entre os poderes dentro da cidade

Papal misrule in the 9th century Rome: a new identity for the characters at play 221

Paola Rea

O governo dos mercados urbanos de al-Andalus, entre os séculos IX e XIII 237

António Rei

A edilidade lisboeta e o poder régio: dinâmicas de conflito e cooperação a partir da fiscalidade régia (séculos XIV-XV) 255

Catarina Rosa

Os ofícios mecânicos e o governo da cidade: a regulamentação dos mesteres nas cidades tardo-medievais portuguesas 273

Arnaldo Sousa Melo

Vigilância e controlo do trabalho dos mesterais através da fiscalidade paroquial: o caso de Coimbra no século XIV 287

Maria Amélia Álvaro de Campos

A oficina e a Câmara: a relação entre os mesterais e a Vereação do Porto nos séculos XIV e XV 305

Marco Alexandre Ribeiro, Paulo Morgado e Cunha

PARTE V

As relações do poder concelhio com os poderes exteriores

Governar e defender a cidade medieval: o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383) 325

Maria do Carmo Ribeiro

The jurisdiction in a small Kentish town: between norm and practice..... 347
Anna Anisimova

**As relações entre o Mosteiro de São Salvador da Vacariça,
as elites regionais e os *conclia* do condado de Coimbra (século XI)** 367
Pedro Alexandre Gonçalves

Nota de Abertura

Em 2017, foi publicado o primeiro volume referente às primeiras Jornadas Internacionais de Castelo de Vide, que tinham tido lugar em outubro do ano anterior. Assim se iniciou uma produtiva viagem, fruto de uma exemplar parceria institucional formalmente assumida entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais.

Esta viagem conjunta, para além de possibilitar o agradável encontro de historiadores, investigadores, professores, alunos e académicos em Castelo de Vide, permitiu que ao longo dos últimos cinco anos se produzisse avultado conhecimento materializado nos cinco volumes já editados e que consubstanciam um notável contributo para o enriquecimento do panorama bibliográfico da História Medieval Portuguesa e Europeia.

Perante esta realidade, o Município de Castelo de Vide congratula-se por ter o privilégio de ser uma autarquia que consegue estabelecer um protocolo com um estabelecimento no Ensino Superior da grandeza da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, daqui resultando tão importante produção de conhecimento. Esta tem sido, pois, uma viagem de êxito que importa continuar, consolidando-se no futuro através da continuidade das Jornadas Internacionais de Idade Média, com a publicação das correspondentes atas, bem como na realização das Escolas de Outono e ainda todo o trabalho produzido no âmbito da Rede Internacional das Pequenas Cidades no Tempo.

A Câmara Municipal de Castelo de Vide sempre advogou que o apoio à comunidade científica é o caminho imprescindível para a produção de novos conteúdos que possam permitir abordagens explicativas da construção do passado das vilas, das cidades, das paisagens, dos territórios. No caso concreto de Castelo de Vide, afigura-se-nos inevitável que o salto qualitativo da oferta cultural e turística está intimamente ligado ao progresso do conhecimento, do longo e notável passado sedimentado desde o berço da nossa civilização.

Pelo anteriormente referido, e dada a circunstância de chegarmos ao final do mandato autárquico, importa manifestar um profundo agradecimento à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em particular aos sucessivos responsáveis do Instituto de Estudos Medievais, que ao longo destes últimos anos, meritória e dedicadamente

se empenharam para que este projeto fosse uma realidade e alcançasse o prestígio e o reconhecimento que hoje detém no país e no estrangeiro.

A afirmação de Castelo de Vide enquanto referência para a comunidade científica, assim como o exemplo positivo do compromisso político estabelecido com a Faculdade, impõe que esta dinâmica se mantenha por muitos e frutíferos anos, na medida em que, tal como afirmámos no preâmbulo da primeira publicação “Num mundo cada vez mais global e incaracterístico, é fundamental conhecer e estimular o carácter e os valores de exceção que se encontram na identidade das populações para se perpetuar memória e conhecimento”.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Governar a Cidade na Europa Medieval: um colóquio presencial e um livro organizados em contexto pandémico

*Amélia Aguiar Andrade¹
Gonçalo Melo da Silva²*

A *Semana Medieval* de Castelo de Vide que, desde 2016 inclui uma *Escola de Outono* destinada à formação de jovens investigadores e umas *Jornadas Internacionais* dedicadas a um tema fundamental para o conhecimento da cidade na Europa Medieval, teve lugar em 2020 num contexto pandémico que pôs à prova a capacidade de resiliência da sua Comissão Organizadora e das duas instituições que a têm apoiado: a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais.

A decisão de manter estas duas atividades presenciais bem como o lançamento do volume que reúne uma seleção dos textos apresentados na edição do ano anterior depois da sua avaliação por pares, surgia como a única forma de dar continuidade a uma dinâmica que entretanto se instituiu e que constitui uma das marcas da *Semana Medieval* de Castelo de Vide: por um lado, a valorização do debate e troca de ideias, alicerçados em contactos pessoais estabelecidos num quadro espacial que ultrapassa as salas das sessões e, por outro lado, a interação entre a comunidade de investigadores participantes e os habitantes de uma pequena e acolhedora vila, muito ciosa do seu passado medieval.

Assim, os convites aos oradores responsáveis pelas lições da *Escola de Outono* e das conferências plenárias das *V^{as} Jornadas Internacionais de Idade Média: Governar a Cidade na Europa Medieval*, a confirmação da participação de comunicantes e de estudantes, decorreram já em contexto pandémico, em momentos em que se viviam fortes restrições limitadoras da circulação, do acesso a bibliotecas e arquivos e ainda, a sujeição a longos períodos de confinamento rigoroso que marcaram não só o ano de 2020 mas também o de 2021, altura em que se finalizou o desenvolvimento e produção do volume que agora se apresenta. As circunstâncias apontadas tiveram consequências, que organizadores e participantes não desejavam, pois nem sempre foi

¹ NOVA FCSH e IEM – NOVA FCSH.

²IEM – NOVA FCSH.

possível ultrapassar os obstáculos impostos pela condição sanitária, o que teve como corolário um programa mais limitado no número de presenças e na impossibilidade de entrega de alguns dos textos dentro dos prazos impostos, o que inviabilizou a sua publicação.

Apesar de todos estes constrangimentos foi possível reunir um conjunto de 19 artigos – apenas um resulta de uma lição apresentada na *Escola de Outono* – produzidos por 20 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda e Rússia, cujas apresentações integraram o programa das *Jornadas*. Todos beneficiaram dos comentários e achegas dos animados debates que as diferentes sessões geraram e dos contributos valorativos dos avaliadores que colaboraram com o desenvolvimento desta obra. Os estudos abrangem predominantemente o espaço peninsular, entendido nas suas distintas unidades políticas cristãs e, ainda que em muito menor grau, o Al-Andalus, sendo que outros incidem sobre paragens mais distantes, como o Magreb, a Inglaterra, a Flandres e Roma. As cronologias trabalhadas privilegiam os séculos finais da Idade Média, algo esperável, uma vez que, para a Península Ibérica, a documentação tardo-medieval cresce em quantidade e qualidade para o estudo de quase todas as temáticas urbanas.

A obra organiza-se em cinco secções: ***A construção da memória e da identidade urbana; Governar o espaço municipal; Os rostos do poder: as elites urbanas; As relações entre os poderes dentro da cidade e As relações do poder concelhio com os poderes exteriores***, que procuraram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos, mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura organizativa.

Na primeira secção, intitulada ***A construção da memória e da identidade urbana***, agrupam-se os artigos que, tomando como espaço de observação as cidades ibéricas nos séculos XIII a XVI, analisam e refletem sobre as problemáticas relacionadas com a escrita da governança municipal, tais como o desenvolvimento das chancelarias e dos ofícios ligados à escrita, o perfil social dos homens que desempenharam estes cargos, as tipologias documentais produzidas e ainda, o recurso aos selos como instrumentos de validação dos documentos e de representação das instituições municipais. Materializando uma já longa experiência, o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho – *Práticas e memórias da governança: escrever, comunicar, arquivar* – apesar de ter o reino português como espaço de observação, não deixa de enquadrar os restantes textos da secção, assumindo-se como uma síntese solidamente alicerçada e reflexiva sobre o papel da escrita na governação dos concelhos medievais, na qual se coloca em evidência como a construção e preservação do arquivo concelhio representou um

garante da identidade e poder político da cidade. Embora privilegiando a memória escrita, a secção encerra focando o valor que a oralidade assumia na governação de uma população maioritariamente iletrada, através do estudo do cargo de pregoeiro nas vilas e cidades castelhanas dos finais da Idade Média, glosando as suas condições laborais e o seu papel fulcral na comunicação de notícias e da legislação municipal.

O apartado ***Governar o espaço municipal*** integra dois artigos que equacionam de uma forma mais profunda as questões da gestão de um espaço urbano e do seu entorno pelos poderes urbanos no período medieval, focando espaços e contextos socioculturais distintos. O texto de Wim Blockmans – *How to Rule a City and its Hinterland?*, tomando como espaço de observação a Europa Ocidental Cristã, e com especial ênfase a região da Flandres, estabelece uma síntese problematizante sobre as principais preocupações dos governos urbanos na gestão das suas áreas urbanas e rurais e dos seus interesses em outras regiões, como, por exemplo, o controle e proteção dos seus recursos naturais e o desenvolvimento de instituições e códigos legislativos que garantissem a segurança e fiabilidade das trocas comerciais. Por seu turno, Ana María Carballeira Debasa, seguindo uma linha de trabalho já desenvolvida anteriormente e pouco explorada no contexto dos estudos sobre o Al-Andalus, analisa a estratégia dos governantes dos aglomerados urbanos andaluzes na gestão das crises de subsistência durante o período da dinastia Omíada, sobretudo entre meados do século VIII e o princípio do século XI.

A secção denominada ***Os rostos do poder: as elites urbanas*** reúne os estudos sobre o perfil dos grupos sociais que dominam a governação das cidades medievais, sobretudo as peninsulares, a sua evolução e as suas estratégias de afirmação social e política. O texto de Hermenegildo Fernandes – *Novas elites em terras novas? O governo das cidades no Alentejo central em meados de Duzentos* – apresenta-se especialmente sugestivo, uma vez que tem como espaço de observação a região em que se insere, de certo modo, Castelo de Vide, mas sobretudo por refletir sobre o processo de constituição das oligarquias urbanas no período imediatamente subsequente à ocupação cristã, no complexo quadro de poderes que então caracterizava a região. O artigo de Raúl González González – *Aristocracias, élites, oligarquías: Reflexiones sobre la evolución de los grupos dirigentes urbanos en el Noroeste hispano a lo largo de la Edad Media (siglos IX-XV)* –, aborda o processo de oligarquização dos grupos dirigentes de três cidades castelhanas – León, Oviedo e Astorga, num período cronológico amplo (séculos IX a XV) e pouco frequente, uma vez que os estudos sobre as elites urbanas peninsulares têm incidido sobre cronologias mais restritas que privilegiam os finais da Idade Média e o dealbar do século XVI.

Tendo um espaço de observação mais afastado do âmbito peninsular, e consolidando um percurso de investigação há muito trilhado, o texto de Dominique Valérian – *Les marchands latins et le pouvoir dans les villes portuaires musulmanes de*

Méditerranée (XII^e-XV^e siècle) – assume-se como uma abordagem mais global e de síntese sobre a presença dos mercadores latinos nas vilas portuárias magrebina e as instituições, os agentes e os processos a resolução de conflitos entre os comerciantes cristãos e as comunidades muçulmanas. Apresentando novas hipóteses de trabalho e um quadro de reflexão problematizante, o autor contribui decisivamente para a revisão de pressupostos mais tradicionais, como o da visão de que a presença dos mercadores latinos representou o enfraquecimento do controle muçulmano sobre o comércio e uma política passiva dos sultões face à expansão comercial cristã.

O quarto apartado *As relações entre os poderes dentro da cidade* integra um conjunto de estudos sobre a relação entre diferentes poderes e agentes – concelhio, régio, eclesiástico e dos mesteres – na governança das comunidades urbanas, e tem como quadro preferencial de observação o reino português. Contemplando escalas urbanas distintas, colocam em evidência o peso desse fator nas estratégias, nos interesses e na capacidade de atuação dos diferentes poderes em presença no espaço urbano. O texto de Paola Rea – *Papal misrule in the 9th century Rome: a new identity for the characters at play* –, ao aplicar um novo quadro problematizante a uma fonte já trabalhada por outros autores (*Liber Pontificalis* Biographies), levanta novas hipóteses sobre os problemas na gestão de clientelas ligadas ao governo de Roma e à gestão do poder pontifício para o século IX. Constituindo, neste volume, uma das incursões cronologicamente mais recuadas, este estudo recorda a importância de nunca considerar uma fonte definitivamente estudada pois é sempre possível encontrar novas e estimulantes leituras.

Nesta mais extensa secção, o que é revelador da valorização deste tema pela historiografia atual, encontram-se ainda artigos que, baseados em documentação escrita, permitiram aos seus autores a análise da intervenção dos poderes na regulamentação das atividades económicas, como a definição dos processos de recolha fiscal, a resolução de abusos cometidos na arrecadação de impostos e o trabalho dos mesteres, apontando assim várias situações da complexa relação de poderes no interior do espaço urbano. O texto de Maria Amélia Campos – *Vigilância e controlo do trabalho dos mesteirais através da fiscalidade paroquial: o caso de Coimbra no século XIV* – ao centrar a análise numa escala espacial – a paróquia – e numa menos usual tipologia documental para o estudo da regulamentação sobre os mesteres como são as sentenças da Audiência Episcopal de Coimbra, assume uma particular originalidade e lança perspectivas e metodologias de trabalho muito estimulantes, aplicáveis a outras situações e a outros espaços.

A última secção *As relações do poder concelhio com os poderes exteriores* compreende artigos que exploram situações de cooperação e conflito entre o poder concelhio, os seus senhores e instituições monásticas localizadas no seu termo, através da análise de um exemplo inglês e de dois portugueses. Entre estes, o texto de Maria

do Carmo Ribeiro ao tratar dos amuralhamentos promovidos pelo rei D. Fernando em vilas e cidades portuguesas no conturbado contexto político-militar da segunda metade do século XIV, estuda um elemento que, pela sua função e monumentalidade ilustra a materialidade de um elemento que, simultaneamente confirmava a identidade visual de um núcleo urbano e materializava a presença da autoridade régia.

Ao lançar o tema do governo das cidades medievais tinha-se consciência de que se tratava de uma temática profundamente enraizada no medievalismo europeu, onde progressivamente se autonomizou das influências da História do Direito em favor de problemáticas mais amplas e diversificadas, que o estudavam em função do complexo xadrez dos poderes presentes na sociedade medieval e que encontravam vertentes de análise, em que ganhava importância a sociologia das oligarquias governantes e sua expressão institucional, as relações e tensões entre poderes, as marcas materiais desse mesmo poder e a construção da memória que pretendiam deixar.

Apesar das limitações antes apontadas, de uma forma geral, as temáticas mais importantes, se bem que por vezes circunscritas cronológica e espacialmente, estiveram presentes nestas *Jornadas*. Mas foi sobretudo a perspectiva dos historiadores que prevaleceu, dada a ausência por exemplo, da Arqueologia, que poderia ter sido um fundamental contributo para evidenciar e analisar a presença de equipamentos fundamentais nas cidades – os mercados, as fontes, as carniçarias e é claro, as casas do concelho que acolhiam a governança, etc. –, que se assumiam como marcas materiais expressivas do governo urbano. A presença de historiadores de arte poderia ter trazido interessantes perspectivas sobre a intervenção dos governos urbanos em manifestações artísticas que contribuísem não apenas para a nobilitação do espaço citadino como para a afirmação das suas elites governativas.

Mas, um encontro de medievalistas deixa sempre em aberto novas perspectivas e pistas de investigação sobre o tema que foi glosado. Ficou clara no decorrer das sessões e reforçada na leitura dos textos agora reunidos, a necessidade de uma profunda reflexão comparativa sobre as fontes disponíveis para os distintos espaços europeus bem como sobre o léxico do poder que delas emana. Daí a importância de alargar o âmbito das fontes a considerar para o estudo do governo das cidades à heráldica, aos vestígios materiais, às fontes narrativas, aos vestígios arqueológicos, à análise das tessituras urbanas, entre outras.

Por outro lado, torna-se imprescindível considerar para uma mais adequada compreensão dos parâmetros de exercício do poder urbano, empreender uma mais aprofundada reflexão teórica que considere a difusão, sobretudo nos séculos finais da Idade Média, do pensamento sobre a sua governança e sobre quem tinha o direito a exercê-la.

Por fim, há que ultrapassar a casuística, recusar o fascínio da fonte única, sair da nossa cidade, do nosso reino, do nosso objeto de investigação em favor de leituras

mais amplas e complexas, atentas a continuidades e ruturas, capazes de analisar especificidades e diversidades geográficas, mas tendo sempre presente o que há em comum.

* * *

Os editores querem ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda, a sua continuidade no tempo. À Câmara Municipal de Castelo de Vide na pessoa de António Pita, seu Presidente, temos a agradecer o modo como, desde 2016 abraçou esta proposta de uma *Semana Medieval* diferente em Castelo de Vide, disponibilizando apoios humanos e materiais à sua concretização. Através da Dr^a Patrícia Martins queremos agradecer à equipa de funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, a qual, com dedicação e descrição garante uma organização exemplar que os participantes não esquecem e que em 2020, em pleno contexto pandémico se superou a fim de suavizar todos os constrangimentos que havia que aplicar. Ao Instituto de Estudos Medievais, através das suas anterior e atual Diretoras, respetivamente professoras Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa, agradecemos todo o apoio material à realização da Escola de Outono e das Jornadas. O Marcel Paiva Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a conceção e paginação deste livro. À Mariana Pereira, agradecemos a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. Ao Ricardo Cordeiro do Instituto de Estudos Medievais agradecemos a presença atenta e eficaz durante as atividades da Escola e das Jornadas, ajudando a tornar mais leves as tarefas organizativas que a pandemia tornou mais numerosas e complexas. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – conferencistas convidados, comunicantes, estudantes e assistentes – que fizeram desta *Semana Medieval* de 2020, vivida num contexto difícil e inesperado para todos, um momento muito especial, em que quase parecia que tínhamos voltado à normalidade de podermos debater a nossa comum paixão pela Idade Média presencialmente. E nunca somos por demais gratos aos revisores científicos desta obra que sempre conseguem encontrar tempo para cumprir os prazos, sempre tão curtos, que lhes concedemos para fazerem a leitura crítica dos textos propostos. A sua colaboração e disponibilidade foram fundamentais para garantirmos a qualidade da obra que agora se publica.

The last but not the least, um obrigado aos habitantes de Castelo de Vide, que num ano de pandemia, tão propício a receios e desconfianças, continuaram a receber-nos de braços abertos.

Vigilância e controlo do trabalho dos mesteiros através da fiscalidade paroquial: *o caso de Coimbra no século XIV*¹

*Maria Amélia Álvaro de Campos*²

Resumo

De entre todos os poderes que governavam a cidade medieval portuguesa, neste estudo invoca-se a Igreja, instituição que governava a vida das populações em aspetos espirituais e materiais, em questões morais e económicas, em assuntos de lazer e de trabalho. Este artigo parte da caracterização da inserção paroquial dos mesteiros de Coimbra para depois colocar a seguinte interrogação: O que nos diz a administração da fiscalidade paroquial sobre o trabalho dos mesteiros de Coimbra? Em resposta, propõe-se um estudo de caso, desenvolvido a partir da análise de um conjunto de sentenças emanadas da Audiência Episcopal de Coimbra, para a resolução de conflitos sobre a cobrança das dízimas eclesiásticas a mesteiros, ao longo do século XIV. Com base nessa documentação, interessará saber quem eram os mesteiros de Coimbra, que problemas tinham com os poderes eclesiásticos e como se organizava o seu trabalho. Do mesmo modo, interessará refletir sobre a sua inserção paroquial e perceber como esta condicionava a sua produção e os seus rendimentos.

Palavras-chave

Coimbra; Cidade medieval portuguesa; Mesteiros; Dízimas eclesiásticas; Justiça eclesiástica.

¹Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do projeto MedCrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, (PTDC/HAR-HIS/31427/2017).

² Investigadora contratada no Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (UIDB/00311/2020), contrato financiado pela FCT (DL57/2016/CP1370/CT0068). Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. ORCID | 0000-0002-3131-7356.

Supervision and control of crafts activities through the study of parochial taxation: the example of Coimbra in the 14th century

Abstract

Among the several powers that governed the medieval Portuguese city, this study will focus on Church – the institution that closely observed people’s life in spiritual, material, and moral aspects, as well as in leisure and work. This article starts by characterizing the parochial insertion of the craftsmen of Coimbra, and then it will focus on the following main question: what can we know about crafts activities in Coimbra by analysing the administration of parochial taxation? To answer that, we propose a study case based on the examination of judicial sentences produced by the episcopal audience to solve processes on the collection of ecclesiastical tithes of the crafts activities, during the 14th century. From this study, we want to understand who the craftsmen of Coimbra were, which problems they found in its relationship with ecclesiastical powers, and how they organised their work. Furthermore, we will reflect on its parochial insertion and perceive how it conditioned the production and the income of crafts activities.

Keywords

Coimbra; Portuguese medieval city; Craftsmen; Ecclesiastical tithes; Ecclesiastical justice.

Introdução.

Numa primeira instância, a governança da cidade medieval portuguesa pertenceria ao concelho, no entanto, as entidades e instituições que, paralela ou articuladamente com o concelho e com os representantes do rei na cidade, aí atuavam eram muitas. De entre todas, as instituições eclesiásticas com implantação urbana que tutelavam os territórios e as populações citadinas serão o objeto deste estudo, que pretende inquirir a ação das paróquias na vigilância e no controlo do trabalho desenvolvido pelos mesterais. Na caracterização e análise deste grupo social que tem sido levada a cabo pela historiografia portuguesa, as relações dos mesterais com os concelhos e as elites urbanas têm merecido grande atenção³. Aqui, porém, o destaque será dado

³ Nas últimas décadas, os estudos desenvolvidos, publicados e dirigidos por Arnaldo Melo têm permitido um amplo conhecimento sobre o trabalho e os mesterais das cidades medievais portuguesas. Para o tema das relações que estes mantinham – de forma horizontal e vertical – com os poderes concelhios, ver,

às relações que estes tinham com os poderes eclesiásticos, nomeadamente os das paróquias urbanas, as quais têm sido alvo de menos investigações.

Neste artigo, parte-se de uma perspetiva em que a cidade de Coimbra é observada como um caso de estudo para a análise da cidade medieval portuguesa, para a compreensão do funcionamento das suas redes institucionais e de sociabilidade, das suas dinâmicas de inserção urbana, de convivência, solidariedade e organização socioeconómica⁴, no sentido de se analisar a influência que o exercício da autoridade eclesiástica tinha sobre o trabalho dos mesterais da cidade. Com esse objetivo, o grupo socioeconómico – vasto e heterogéneo – dos mesterais de Coimbra será apresentado na rede paroquial (**Fig. 1**)⁵ em que se inseria e as paróquias desta cidade serão entendidas enquanto detentoras de poder: poder exercido sobre uma circunscrição territorial e a população que nela residia; poder investido superiormente que conferia autoridade e enquadramento espiritual, e que, frequentemente, extrapolava esse âmbito, fazendo-se sentir, sobretudo, aos níveis económico e fiscal. Para realizar essa análise, privilegiou-se o estudo dos registos de processos judiciais, dirimidos na Audiência Episcopal, que visavam profissionais dos mesteres e foram despoletados por causa da execução das dízimas eclesiásticas⁶.

Geograficamente localizada no ponto onde uma das principais vias terrestres do reino atravessava o Mondego⁷, o perfil económico da cidade de Coimbra foi, desde

entre outros, MELO, Arnaldo Sousa – “Os mesterais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV)”. *Edad Media: revista de historia* 14 (2013) 149-170. [Consultado a 30 Dezembro 2020]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4203895>.

⁴ De entre os vários títulos sobre a cidade de Coimbra na Idade Média, sugere-se a leitura de VENTURA, Leontina – “Coimbra Medieval: uma cidade em formação”. In ALARCÃO, Adília (ed.) - *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2003, pp. 16-29; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação”. In ALARCÃO, Adília (ed.) - *Inventário do Museu...*, pp. 30-47; ALARCÃO, Jorge - *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁵ Sobre a rede paroquial de Coimbra, ver CAMPOS, Maria Amélia – “Coimbra’s parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. In VILAR, Hermínia Vasconcelos e BRANCO, Maria João (eds.) - *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Évora: Publicações do Cidehus, 2016, pp. 246-258 [Consultado a 7 Dezembro 2020]. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1596>.

⁶ Sobre a dízima, ver VIADER, Roland – “La dime dans l’Europe des féodalités. Rapport introductif”. In *La dime dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XXX^{es} Journées Internationales d’Histoire de Flaran, 3 et 4 octobre 2008, Études réunies par Roland Viader*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2010, pp. 7-36 e LAUWERS, Michel – “Pour une histoire de la dime et du *dominium ecclésiast*”. In LAUWERS, Michel – *La dime, l’Église et la société féodale*. Turnhout: Brepols, 2012, pp. 11-64. Para outros estudos recentes sobre a execução das dízimas eclesiásticas em Portugal, leiam-se HENRIQUES, António Castro – “O ‘fruto’ e o produto. Do dízimo eclesiástico às contas nacionais (Portugal, século XIV)”. In VIANA, Mário (ed.) - *Economia e instituições na Idade Média: novas abordagens*. Ponta Delgada: CHAM, 2013, pp. 65-94; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Hierarquias eclesiásticas em conflito na diocese de Coimbra: a dízima de São Pedro de Bruscos no século XIV”. In COSTA, Adelaide; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (ed.) - *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 443-464.

⁷ MANTAS, Vasco Gil – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1996.

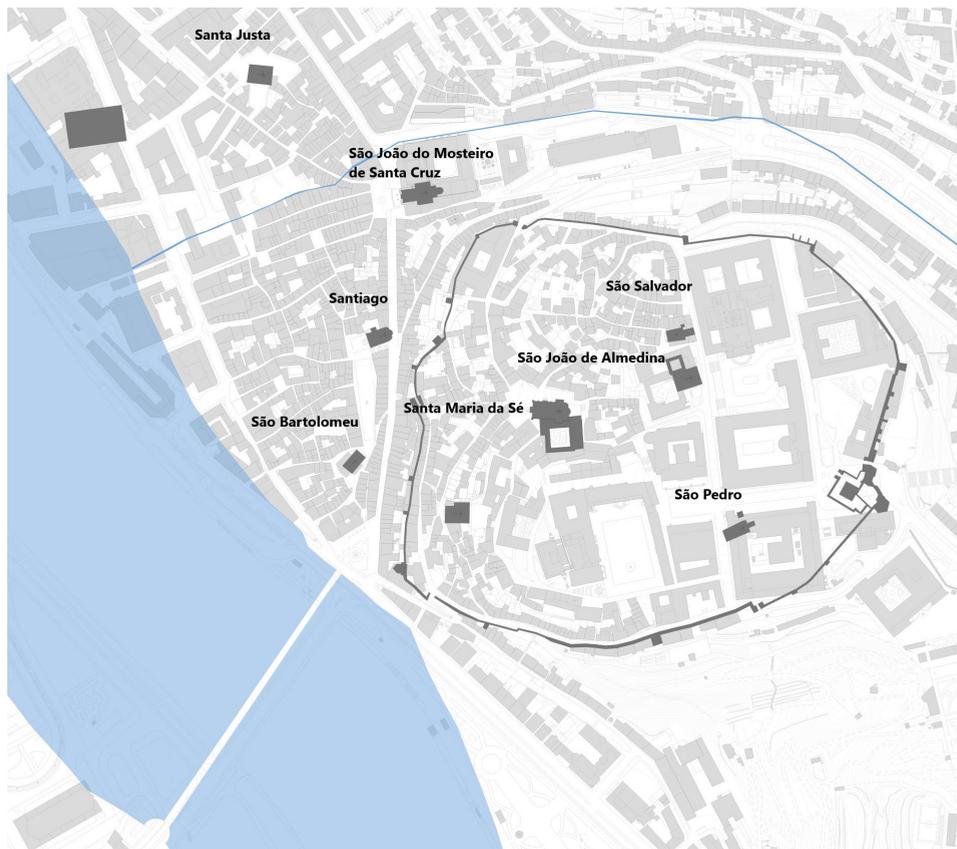


Fig. 1 – Rede paroquial de Coimbra na Idade Média.
Esquema realizado a partir da «Base Cartográfica: Levantamento Aerofotogramétrico de 1993/1999» da cidade de Coimbra, levada a cabo pela Câmara Municipal.

a sua origem, marcado pela proximidade do rio e pela estreita relação com o termo rural. No século XIV, a população laica de Coimbra dividia-se entre os três sectores de atividade económica. No primeiro, reconhecem-se, entre outros, os almuinheiros, hortelãos e pescadores, cujo sustento dependia em grande medida da exploração do aro rural e dos recursos ripícolas e, no terceiro, identificam-se mercadores e agentes do comércio itinerante, como os almocreves e azeméis, ao mesmo tempo que se conhecem os oficiais da administração e da justiça do concelho, os representantes do governo e da justiça do rei e os escolares, mestres e funcionários do Estudo Geral que, por duas vezes, estanciou em Coimbra, nesta centúria⁸. Do segundo sector, o da

⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos – “O *Studium* medieval português: singularidades de um caso periférico”. *Studia Historica. Historia Medieval* 36, 2 (2018) 83–115 [Consultado a 28 de abril 2021]. Disponível em <https://doi.org/10.14201/shhme201836283115>.

transformação de matérias-primas em produtos acabados, se ocuparão as páginas que se seguem. É difícil apurar a distribuição quantitativa da população medieval de Coimbra pelos três sectores de atividade económica e a análise que permita a comparação dos respetivos rendimentos está ainda por ser feito. No entanto, a propósito dos mesterais, parece seguro afirmar que, talvez com a exceção de alguns produtos como o azeite⁹ e os couros¹⁰, cuja exportação para outras regiões se conhece, a sua produção supriria as necessidades da cidade, mas não comportaria excedentes significativos e, por isso, não representaria uma grande fonte de riqueza¹¹.

Apesar de ainda subsidiária de análises marcadamente institucionais, nos últimos anos, a história da paróquia urbana medieval tem-se difundido enquanto ângulo relevante para a compreensão dos processos de transformação territorial e social no interior da cidade¹². Neste caso, considera-se que o estudo dos processos judiciais com vista à recolha das dízimas permite compreender a intervenção eclesiástica na organização das populações, no controlo dos seus rendimentos e nas suas formas de produção e, assim, aumentar o conhecimento sobre os mesterais medievais portugueses e a organização do seu trabalho. Com efeito, os motivos dos litígios e as razões invocadas para o não cumprimento das obrigações fiscais, perante a sede paroquial e diocesana, permitem perceber detalhes sobre a produção e os obstáculos encontrados por estes profissionais no desenvolvimento do seu ofício. Nos instrumentos escritos examinados, são fornecidos dados relevantes sobre os processos e os intervenientes na transformação de matéria prima e na produção manufactureira, bem como as quantidades produzidas ou os rendimentos auferidos. Do mesmo modo, estes atos escritos viabilizam a perceção do nível de influência e controlo que as igrejas tinham sobre o trabalho, os rendimentos e até a organização laboral dos seus paroquianos.

O corpo de documentos em que assenta este estudo é composto por registos de sentenças promulgadas pelos vigários gerais de Coimbra, em nome do bispo¹³ e

⁹ Ver BASTO, A. de Magalhães – «Vereações»: anos de 1390-1395 o mais antigo dos livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu arquivo. Porto: Câmara Municipal, 1937, doc. LXXXI.

¹⁰ SEQUEIRA, Joana – “Comprar, organizar, expedir. Mercadores pisanos no negócio internacional dos couros portugueses e galegos no século XV”. *e-Humanista* [Em linha] 38 (2018) 131-145 [Consultado a 20 dezembro 2020] Disponível em <https://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/38>.

¹¹ Para os séculos XVI e XVII, citando António de Oliveira [“A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640”. *Biblos* XLVIII (1972) p. 368] “A precariedade das transformações das matérias primas não podia alicerçar riqueza sólida que se apoiasse e desenvolvesse à custa do sector secundário».

¹² Sem pretender fornecer um estado da arte sobre a história da paróquia urbana, recomenda-se a leitura de POUNDS, N. J. G. (ed.) – *History of the English parish. The culture of religion from Augustine to Victoria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 113-152; BAKER, Nigel e HOLT, Richard (ed.) – *Urban Growth and the Medieval Church: Gloucester and Worcester*. Ashgate, 2004; NOIZET, Hélène – *La fabrique de la ville: espaces et sociétés à Tours, IX^e-XIII^e siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007; VUILLEMIN, Pascal – *Parochiae Venetiarum Les paroisses de Venise au Moyen Âge*. Paris: Classiques Garnier, 2018 e BURGESS, Clive – *The right ordering of souls: the parish of All Saints' Bristol on the eve of the Reformation*. Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell Press, 2018.

¹³ Ver Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra

por avenças e composições amigáveis, normalmente estabelecidas entre os réus e as instituições eclesiásticas que reclamavam esse imposto¹⁴. Em ambos os casos, tais documentos integram os acervos das igrejas colegiadas de Coimbra, conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apesar de se conhecerem numerosos processos em que mesteirais foram citados como réus na Audiência Episcopal, na maior parte dos casos, eles eram chamados enquanto enfiteutas ou proprietários de parcelas agrícolas no aro e no termo de Coimbra, sobre as quais, normalmente, eram devedores de rendas e/ou de outros tributos enfiteúticos e eclesiásticos¹⁵. Com efeito, o trabalho e as estruturas de produção destes indivíduos não estão por entre as questões fulcrais dos processos, senão num conjunto de 15 documentos, produzidos entre 1306 e 1391, com o qual se trabalhará. De entre esses atos escritos, 3 referem-se à produção do pão; 6 ao funcionamento dos lagares; 4 à transformação do barro; e 2 ao funcionamento dos curtumes e à confeção de sapatos. Assim, a cronologia desta investigação restringe-se ao século XIV porque não se reconhecem sentenças desta natureza, relacionadas com os rendimentos do trabalho artesanal, para outros períodos. Como à frente se sublinhará, este tipo de controlo fiscal por parte da Igreja aos mesteirais verifica-se neste século, e agudiza-se ao longo da segunda metade da centúria, quando a crise frumentária, económica e demográfica endurecia, de forma generalizada, as condições de vida das populações.

Este estudo seguirá uma estrutura simples em que, inicialmente, se apresentará o grupo socioeconómico que compunha os mesteirais de Coimbra, para de seguida se observar diretamente o contributo da fiscalidade eclesiástica para a compreensão da organização do seu trabalho. Nesse segundo momento, serão apresentados os mesteres e os mesteirais citados na Audiência Episcopal, detalhando-se os motivos dos incumprimentos e dos litígios, para, por fim, se sintetizarem criticamente os elementos sobre a produção artesanal, que estes documentos permitem deslindar e procurar caracterizar a relação entre os mesteirais e os poderes eclesiásticos.

(doravante abrevia-se por Lx, ANTT, COLSBC), mç. 14, doc. 4 (1306.12.14); mç. 14, doc. 5 (1308.03.08) [ambos os documentos publicados por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do séc. XV*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000, doc. 16 e 17; Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de São Cristóvão de Coimbra (doravante abrevia-se por Lx, ANTT, COLSCC), mç. 3, doc. 20 (1314.05.07); Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, doc. 9 (1335.05.13), doc. 10 (1341.01.09), doc. 11 (1341.04.28), doc. 12 (1345.07.06) [documentos publicados por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de S. Bartolomeu...*, doc. 30, 33, 34 e 35]; Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de Santa Justa de Coimbra (doravante abrevia-se por Lx, ANTT, COLSJC), mç. 15, doc. 304 (1382.12.17), mç. 15, doc. 311 (1387.11.14), mç. 15, doc. 288 (1387.06.08), mç. 15, doc. 289 (1387.06.18), mç. 15, n. 307 (1387.05.09).

¹⁴ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 313 (1391.09.22), mç. 15, doc. 298 (1391.10.03) e mç. 15, doc. 293 (1391.10.11).

¹⁵ Entre muitos outros processos, veja-se a título de exemplo Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de Santiago de Coimbra (doravante Lx, ANTT, COLSTC), mç. 2, doc. sem numeração (numeração antiga 339 e 5) (1388.10.14): João Domingues, pedreiro, morador em Coimbra, no lugar de Corpo de Deus, é citado perante a Audiência do Bispo porque não pagava à paróquia as dízimas de umas terras que lavrara no Campo de Mondego, pertencentes ao senhorio da Colegiada de Santa Justa de Coimbra.

1. Os mesterais de Coimbra na Idade Média.

Apesar de, na maior parte das vezes, designar alguém com funções de transformação de matéria-prima e produção de artefactos, a utilização do termo mesteiral, nas fontes medievais, não permite uma definição indiscutível e definitiva do grupo socioprofissional que identificava. Para este estudo, adotou-se a escolha realizada por Arnaldo Melo, na determinação do objeto de estudo da sua tese de doutoramento sobre a organização do trabalho e da produção no Porto, nos finais da Idade Média, segundo a qual considerou mesterais todos os profissionais dedicados à transformação de matérias-primas ou a serviços não agrícolas ou rurais, excluindo, assim, as profissões relacionadas com a agricultura e a pecuária, com a piscicultura e com o comércio (enquanto atividade exclusiva)¹⁶.

A partir de uma pesquisa realizada nos fundos documentais medievais das colegiadas de Coimbra¹⁷, em documentos mais esparsos, provenientes dos fundos arquivísticos do cabido da Sé¹⁸ e dos mosteiros com implantação urbana¹⁹, bem como nos forais dos séculos XII e XVI²⁰, descobrimos uma cidade com diversos sectores de produção²¹, entre os quais se destacam os couros e os metais, a produção têxtil e de vestuário, a olaria, a tanoaria, a alimentação, entre outros (**Tab. 1**). A amostra recolhida não cobre uniformemente toda a cidade, logo não possibilita uma análise quantitativa total e definitiva, no entanto, apesar de parcial e incompleta, ela dá-nos traços para a caracterização dos mesterais de Coimbra, entre os séculos XII e XVI. Deste grupo, sobressai, em primeiro lugar, a maior representatividade do trabalho do couro, situação semelhante ao que se conhece para outras cidades nesta época²²,

¹⁶ Ver MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 - c. 1415*, vol. 1. Braga e Paris: Universidade do Minho; École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009, p. 43 [Tese de doutoramento em linha, consultado a 20 dezembro 2020] Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9896>. Para a definição do que seriam os mesterais na cidade medieval portuguesa, considerou-se também a classificação apresentada por BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do bem comum: os vinte e quatro dos mesteres de Évora, paradigma dos vinte e quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014, p. 17-26.

¹⁷ Esta pesquisa foi feita com base na análise sistemática dos fundos das colegiadas de Santa Justa (1098-1451), de São Bartolomeu (1126-1369) e de São Cristóvão (1143-1314). Incluíram-se de forma mais pontual documentos extraídos das colegiadas de São João de Almedina (doravante citado como Lx, ANTT, COLSJO), de São Pedro (Lx, ANTT, COLSPC), de São Salvador (Lx, ANTT, COLSSC) e de Santiago.

¹⁸ Lx, ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorporação.

¹⁹ Sobretudo os de Santa Clara, Santana e Celas de Guimarães Lx, ANTT, Conventos de Santa Clara de Coimbra, de Santana de Coimbra e de Celas de Guimarães de Coimbra.

²⁰ Publicados e traduzidos em COELHO, Maria Helena da Cruz – *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

²¹ É essa diversificação e pluralidade socioeconómica que se apresenta, em Coimbra, na entrada do século XVI e que foi objeto do estudo OLIVEIRA, António de – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971.

²² Sobre a transformação e venda de couros, ver MARTÍNEZ MARTÍNEZ, María – “Oficios, artesanía y usos de la piel en la indumentaria (Murcia, ss. XIII-XV)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 29 (2002) 237-274 [Consultado a 20 dezembro 2020] Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=748587>; SEQUEIRA, Joana – “Comprar, organizar, expedir...”.

seguida do sector têxtil²³, da metalurgia e do sector alimentar²⁴.

Observando a *sociotopografia*²⁵ da cidade de Coimbra, damos conta de uma distribuição das profissões concordante com as características naturais das respetivas zonas de implantação e verificamos o arruamento de profissões, que se terá realizado de forma aparentemente espontânea. Sobre tudo isto nos dá indícios a toponímia²⁶. Nesse sentido, o trabalho do barro estava presente sobretudo na margem arenosa do rio, nomeadamente, na freguesia de Santa Justa, onde uma das maiores e mais povoadas ruas era precisamente a Rua de Oleiros²⁷. De entre os profissionais relacionados com a curtição de peles e a manufatura de objetos em couro, como os seleiros e os correiros, sobressaía o número de sapateiros. Conhece-se a localização de várias alcaçarias na freguesia de São Bartolomeu²⁸, junto ao rio, e até à segunda metade do século XIV, uma das ruas dominadoras da paisagem urbana dessa paróquia era, precisamente, a Rua de Peliteiros²⁹. No entanto, encontram-se alguns sapateiros que, residentes nessa freguesia, dizem lavar do seu ofício de sapataria longe dessa zona, no interior da cerca, na freguesia de São Cristóvão³⁰.

Como já se disse, um dos sectores com maior nível de especialização era o do

²³ Sobre este sector, ver SEQUEIRA, Joana – *O Pano da Terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2014 e SEQUEIRA, Joana – “A regulamentação dos ofícios...”.

²⁴ A este propósito, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro – “Alimentar a cidade de Coimbra na Baixa Idade Média: notas sobre os alimentos, as estruturas de transformação alimentar e os ofícios”. In SOARES, Carmen e MACEDO, Irene Coutinho (eds.) – *Ensaio sobre património alimentar Luso-brasileiro* [Em linha]. Coimbra e São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume Editora, 2014, p. 113-137 [Consultado a 20 dezembro 2020]. Disponível em http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0886-0_5.

²⁵ Conceito operativo utilizado por MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e produção...*, pp. 217 e seguintes e por FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: “duas vilas, um só povo”: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010, p. 460-586. Enquanto tema de estudo, tem merecido abordagens recentes, como MELO, Arnaldo Sousa – “Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: tipologia e metodologia de análise”. In ANDRADE, Amélia Aguiar *et alii* – *Espaços e poderes na Europa urbana e medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2018, p. 337-357.

²⁶ Em Coimbra [CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 13 (2013) 157-176], como no resto do país [ANDRADE, Amélia Aguiar – “Conhecer e nomear. A toponímia das cidades medievais portuguesas”. In *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, pp. 83-96].

²⁷ Correspondente ao traçado das atuais ruas de João Cabreira e de Oleiros, atualmente, intercetadas pela Avenida de Fernão de Magalhães. Ver também CAMPOS, Maria Amélia Álvaro – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 141-150.

²⁸ Ver, por exemplo Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, n. 5 (documento publicado por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de S. Bartolomeu...*, vol. 2, doc. 16) (1308.03.08), para uma caracterização detalhada desta área da cidade, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la Edad Media: paisaje, sociedad y relación con el río de un área urbana (siglos XII-XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 51 (2021).

²⁹ Sobre este assunto, ver TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002, pp. 115-154. Neste período, esta rua era alargada para dar origem à Praça da Cidade, ver TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media Aetas, Paisagens Medievais I* 1º da 2ª Série (2004) 121-157 [Consultado a 29 dezembro 2020] Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/79519>.

³⁰ Ver Lx, ANTT, COLSCC, mç. 3, n. 20 (1314.05.07).

ferro e da metalurgia, o que se verifica na toponímia da paróquia de Santa Justa, onde se referenciavam a Rua de Caldeireiros e o Quintal dos Fuseiros³¹ e ambas as profissões surgiam nas identificações dos seus habitantes. Também se reconhecem os ourives, que auxiliavam as colegiadas na pesagem e inventário das suas alaias³² e que, como se verá adiante, investiam as suas economias na concessão de propriedade imóvel, que muitas vezes subcontratavam. Por entre outros profissionais da construção, apesar de se identificarem vários carpinteiros e pedreiros, não se distinguiu um espaço preferencial de residência destes profissionais. Estes mesteiros, nomeadamente os carpinteiros, podiam ser chamados pelo almotacé para vistoriarem problemas de construção e darem o seu parecer para a resolução de conflitos de vizinhança deles decorrentes, que ocupavam o tribunal e a almotaçaria do concelho³³. Já no que dizia respeito ao sector têxtil, sobressaía a grande especialização técnica, a identificação de um maior número de mulheres e o reconhecimento da residência destes profissionais um pouco por toda a cidade³⁴. A leitura atenta de alguns documentos das colegiadas de Coimbra revela outras duas importantes características deste sector: em primeiro lugar, a hereditariedade da profissão³⁵, do que depreendemos a transferência patrimonial da oficina e dos meios de produção; em segundo lugar, a existência de um forte sentido de grupo e de solidariedade profissional³⁶. Por fim, reconhecem-se

³¹ A Rua de Caldeireiros designava o traçado da atual Rua Direita (f. Santa Cruz) que liga o Largo de Sansão até à interceção com a Rua de João Cabreira. Por sua vez, o Quintal dos Fuseiros poderia corresponder à atual Rua do Carmo, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 100-115.

³² Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 14, n. 269 (1363.02.15), publicado por CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, Apêndice documental, doc. 8.

³³ Ver Lx, ANTT, COLSCC, mç. 23, doc. 10 (1448.09.04), pela leitura deste documento, percebe-se que o recurso à peritagem dos mesteiros para a tomada de decisões judiciais fosse habitual, apesar de os documentos que o comprovam serem raros. O estudo da especialização dentro do mesmo ofício e a forma como a perícia profissional era aplicada nas deliberações judiciais têm merecido desenvolvimentos recentes, ver por exemplo BERNARDI, Philippe – “Du maître expert à l’expert. Réflexions sur l’évolution de la référence à l’expertise dans le bâtiment, entre le XIV^e et le XVI^e siècle”. In DENJEAN, Claude et FELLER, Laurent (eds.) – *Expertise et valeur des choses au Moyen Âge*. Vol. I, *Le besoin d’expertise*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013, pp. 109-130 e LEVELEUX-TEIXEIRA, Corinne – “Savoirs techniques et opinion commune: l’expertise dans la doctrine juridique médiévale (XIII^e-XV^e siècle)”. In *Experts et expertises au Moyen Âge*. Consilium quaeritur a perito: *XLII^e Congrès de la SHMESP (Oxford, 31 mars-3 avril 2011)*, ed. Société des historiens médiévistes de l’Enseignement supérieur public. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019, pp. 117-131. [Consultado a 29 dezembro 2020] Disponível em <http://books.openedition.org/psorbonne/34066>.

³⁴ Por exemplo, Afonso Anes, tecelão, residiria no adro de Santiago, ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 3, doc. 60 e 61 (documentos póstumos de 1420); Martim Martins, alfaiate, trazia umas casas no adro de Santa Justa, ver Lx, ANTT, COLSJC, Cabido da Sé de Coimbra, 2^a inc., mç. 70, doc. 2592; Domingos Anes *Papar a Buar* (1350-1369), alfaiate, residia junto à igreja de São Pedro, ver CAMPOS, Maria Amélia – “Un quotidien partagé entre clercs et laïcs : la gestion de la vie communautaire des chapitres séculiers de Coimbra d’après leurs statuts (XIV^e et XV^e siècles)”. In MASSONI, Anne e CAMPOS, Maria Amélia (eds.) – *La vie communautaire et le service à la communauté : L’exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XI^e au XV^e siècle)*. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. [Consultado a 29 dezembro 2020] Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/11697>.

³⁵ Ver a microbiografia de Domingos Anes *Papar a Buar*, em CAMPOS, Maria Amélia – “Un quotidien partagé...”

³⁶ No âmbito de uma inquirição, um réu alfaiate recorre ao depoimento de três outros alfaiates para constatarem a sua idoneidade e inocência na questão. Ver LX, ANTT, COLSP, m. 5, s/n (1377.10.31).

mesteirais relacionados com a transformação alimentar. Junto ao rio, nas paróquias de São Bartolomeu, Santiago e Santa Justa, eram numerosos os lagareiros, de lagares de azeite. Espalhadas por toda a cidade, encontramos as padeiras e as forneiras que amassavam e coziam o pão e, nos arrabaldes, reconhecemos os carneiros e magarefes, responsáveis pelo abate e desmanche das rezes³⁷.

O confronto do perfil dos mesteirais de Coimbra com o que se conhece para as outras cidades nacionais, permite que se considere esta cidade como representativa da realidade portuguesa. Com efeito, à exceção de variações de proporcionalidade dos mesteres relacionadas com as características geográficas e naturais das diferentes cidades e com as variações das suas necessidades internas, as profissões transformadoras que aqui se reconhecem são, regra geral, as mesmas que se podem identificar noutras cidades como o Porto³⁸. Por sua vez, as designações toponímicas relacionadas com o arruamento dos mesteres e de outras atividades económicas são semelhantes às que podem ser encontradas nos núcleos urbanos, de Norte a Sul do reino³⁹. Em Portugal, a prática de associação corporativa de profissionais do mesmo ofício, durante a Idade Média, fazia-se através da fundação e organização de confrarias de mesteres – instituições destinadas a proteger um determinado grupo, pelo estabelecimento da assistência e solidariedade na vida e na morte⁴⁰. De carácter religioso, quer pelo contexto de fundação, quer pelas funções a que se destinavam, estas associações não interfeririam na organização ou regulação da produção, do trabalho ou da comercialização, aspetos que pertenciam às atribuições do concelho⁴¹. Em Coimbra, a identificação das confrarias de mesteres remonta ao século XII e revela a organização de profissões como os pedreiros, os sapateiros, os alfaiates, os palmeiros, os ferreiros e os peliteiros⁴². À partida, todas seriam dirigidas por um juiz, mas o seu funcionamento e organização interna é, por enquanto, muito difícil de reconstituir.

Enquanto profissionais como os lagareiros, os oleiros e os curtidores estariam mais dependentes das características naturais do território em que se fixavam, escolhendo, por isso, a margem do rio ou de outros cursos de água, necessária aos processos de transformação de matérias-primas, ao funcionamento das mós e à lavagem dos recipientes e ao escoamento dos resíduos, os representantes dos

³⁷ Ver CAMPOS, Maria Amélia – “Alimentar Coimbra...”, p. 128-135.

³⁸ Ver MELO, Arnaldo – *O Trabalho e a produção...*, vol. 2, p. 9-12.

³⁹ Ver ANDRADE, Amélia Aguiar de – “Conhecer e nomear...”

⁴⁰ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “Pratiques communautaires des laïcs: confréries et institutions collégiales et municipales dans le Portugal médiéval”. In MASSONI, Anne; CAMPOS, Maria Amélia – *La vie communautaire et le service à la communauté: l'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XI^e au XV^e siècle)*. Évora: Cidehus, 2020 [Consultado a 28 abril 2021] Disponível em <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.11737>.

⁴¹ Ver MELO, Arnaldo – *O Trabalho e a produção...*, vol. 1, p. 140.

⁴² Ver ROCHA, Ana Rita Saraiva da – *A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2019, pp. 305-359.

sectores têxtil e de vestuário, do sector alimentar ou da construção seriam menos condicionados nessa implantação espacial. De acordo com o seu local de residência e com o local onde trabalhariam, estes homens e mulheres integravam uma paróquia, a primeira tutela da sua espiritualidade, onde recebiam os sacramentos obrigatórios a todos os Cristão, onde intervalavam os dias de trabalho com os das festas religiosas e onde estavam obrigados a entregar parte dos seus rendimentos em forma de tributos paroquiais. De entre todos, as dízimas eram os que acarretavam valores mais pesados e maiores dificuldades de pagamento, obrigando à estruturação de mecanismos de controlo e cobrança mais apertados, ao recurso à justiça eclesiástica e à ameaça de excomunhão com vista à sua execução.

2. Os mesterais de Coimbra e o tribunal eclesiástico.

Apesar de ser um dos tributos mais antigos e universais da Cristandade, a dízima eclesiástica estava sujeita a variações, de acordo com as populações e geografias em que era aplicada⁴³. Normalmente, ela assumia duas dimensões, a de tributo predial, sobre a produção do solo, e a de tributo pessoal, sobre o que ganhavam os paroquianos. Esta distinção entre dízima predial e pessoal levava a que, em Coimbra, fosse frequente duas instituições partilharem as dízimas quando o paroquiano de uma trabalhava na circunscrição paroquial de outra. À partida, o valor deste tributo parcial seria mais simples de calcular e exigir em âmbito rural e agrário, do que em âmbito urbano e artesanal⁴⁴, por outro lado, quer num quer noutro âmbito, as vicissitudes dos tempos e dos interesses institucionais levava a grandes variações nas formas e nos valores das cobranças⁴⁵.

Ao longo do século XIV, vemos os mesterais de Coimbra a serem citados individual ou coletivamente, perante o tribunal eclesiástico, pelo não pagamento, ou atraso no pagamento, das dízimas ou por pagamentos lacunares, face a toda a produção e rendimento tributável. Nas profissões relacionadas com a transformação do barro, em 1306⁴⁶, foi citado um telheiro, pela paróquia de São Bartolomeu e, em 1391, foram citados dois grupos de, respetivamente, 5⁴⁷ e 3⁴⁸ oleiros, na paróquia de Santa Justa. No primeiro caso, o telheiro foi constrangido pela justiça episcopal a pagar 20 soldos pelas dízimas em atraso, o que seria um valor relativamente

⁴³ Ver LAUWERS, Michel – “Pour une histoire...”, p. 46 e seguintes.

⁴⁴ Ver HENRIQUES, António de Castro – “O ‘fruto’...”, pp. 73-75.

⁴⁵ Sobre as dízimas cobradas nos arrabaldes, aro e termo de Coimbra, bem como em toda a planície do Baixo Mondego nos finais da Idade Média, ver COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Impr. Nac. Casa da Moeda, 1989, pp. 373-399.

⁴⁶ Ver Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, doc. 4 (1306.12.14), publicado por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de São Bartolomeu...*, doc. 16.

⁴⁷ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 313 (1391.09.22).

⁴⁸ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, docs. 293 (1391.10.11) e 298 (1391.10.03).

simbólico. O mesmo não aconteceu com os oleiros julgados no fim do século, em fase de desvalorização monetária: o primeiro grupo foi taxado com o pagamento de 20 soldos da moeda corrente (2 reais por libra), por cada fornada; o segundo grupo foi onerado com o pagamento anual de 20 libras da moeda corrente (1 real a 10 soldos) ou 4 libras de moeda antiga, ou o valor dela, por dia de São João Baptista. Para que ambos os grupos pagassem o mesmo valor, o primeiro teria de cozer 20 fornadas por ano, o que é verosímil, mas não deixa de atestar a pluralidade na aplicação do imposto⁴⁹. Os laços que uniam estes homens em cada um dos grupos não são claros, talvez explorassem fornos diferentes, mas nada se sabe quanto a esses imóveis. Por fim, os registos de sentenças que os envolviam revelam características da sua produção: o documento de 1306 evidencia uma maior especialização profissional, uma vez que nomeava um telheiro; enquanto que, em 1391, se identificaram vários oleiros, responsáveis por cozerem e venderem calhas, telhas, louça, potes e olas.

Nesta mesma área da cidade, o arrabalde de Santa Justa e de São Bartolomeu, reconhecem-se vários lagares, que se alinhavam quer na margem do rio, quer nas várias correntes de água que da colina desciam para desaguar no Mondego. Na primeira metade do século XIV, a igreja de São Bartolomeu mandou citar vários lagareiros a trabalhar na sua freguesia para que pagassem a décima parte da produção do azeite e do bagaço⁵⁰, bem como a décima parte da soldada dos mancebos residentes noutras freguesias ou vadios⁵¹ – ou seja, funcionários que por não residirem em São Bartolomeu e não receberem aí os sacramentos eclesiásticos, à partida não estariam obrigados a pagar nada a esta igreja.

A exploração de lagares em usufruto enfiteutico ou arrendamento colocava outros dilemas. Normalmente, as igrejas obrigavam que as dízimas fossem retiradas antes do pagamento da renda, de preferência na presença dos seus priostes⁵² – o que era muito oneroso para quem explorava o lagar. Mais ainda quando o lagar não estava sob exploração nem do seu proprietário, nem do seu enfiteuta, mas do detentor de um segundo ou mesmo terceiro contrato. Veja-se o caso de João Afonso, estalajadeiro, citado pela colegiada de Santa Justa, em 1382, com a acusação de dever dois anos de dízimas, do que se estimava uma dívida de 50 alqueires de azeite e 30 libras dos dinheiros da venda do bagaço. A esta exigência, João Afonso contestava

⁴⁹ O segundo grupo, taxado através de um valor fixo anual, poucos dias depois da emissão da sentença obriga bens para o pagamento dos valores em atraso – infelizmente, dado o mau estado do pergaminho, é difícil perceber totalmente esse acordo.

⁵⁰ Ver Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, doc. 9 (1335.05.13), publicado por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de São Bartolomeu...*, doc. 30.

⁵¹ Ver Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, doc. 10 e 11 (1341.01.09 e 1341.04.28), publicado por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de São Bartolomeu...*, docs. 33 e 34.

⁵² Ver Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, doc. 12 (1345.09.6), publicado por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de São Bartolomeu...*, doc. 35. Sobre os priostes, os oficiais das igrejas encarregados de recolher as rendas, também identificados como prebendeiros, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Un quotidien partagé...”

que, assim dizimado, não tinha como pagar os 26 alqueires que devia a Diogo Lourenço, tabelião, pelo aluguer do lagar⁵³, o que levou o vigário geral do bispo de Coimbra a decidir que ele pagasse a dízima depois de tirados os 26 alqueires de renda. Note-se que, neste processo, em nenhum momento se fala do mestre do lagar, ou do lagareiro, o que demonstra que os equipamentos de transformação e produção poderiam ser rentabilizados por vários intermediários entre os proprietários e os produtores.

Estes lagares eram dizimados anualmente prevendo uma variação de valores de acordo com os anos da safra⁵⁴, contudo também nisto se encontram exceções. Em 1387, indo ao encontro do que pedia a igreja de Santa Justa, o vigário geral do bispo de Coimbra obrigava Vasco Martins d'Água a entregar a dízima do azeite e da bagaço do lagar que explorava, semanalmente, ao sábado, sem que antes pudesse tirar o salário dos mancebos ou outros dinheiros para a manutenção das bestas e do lagar⁵⁵. Vasco Martins d'Água alegava não costumar dar mais do que a conheçença – ou seja a dízima do seu rendimento pessoal – mas a justiça eclesiástica obrigava-o a entregar também a décima parte do que renderia todo o lagar – a dízima predial. Eventualmente, este regime indicaria que ele era o proprietário do lagar, mas não temos indícios claros que o confirmem.

Como já se disse, a ponderação das dizimas pessoais e prediais levava também as igrejas a pedir a partilha deste tributo, o que era um costume do bispado de Coimbra. Em 1314, a colegiada de São Cristóvão mandou citar dois sapateiros que, não obstante residirem em São Bartolomeu, trabalhavam na sua paróquia, exigindo-lhes por isso metade das dízimas. Apesar de alegarem estar sob ameaça de excomunhão por parte do prior de São Bartolomeu pela totalidade das dízimas, a justiça eclesiástica constrange-os a pagarem metade a São Cristóvão⁵⁶.

Note-se que não era só o produto do trabalho dos mesteirais que era dizimado, mas também a matéria-prima antes de chegar às suas mãos. Em 1308, os juízes e mordomo da confraria dos sapateiros foram citados como proprietários de umas alcaçarias na Ribeira de Coimbra, de que deveriam dar a décima parte dos rendimentos, à colegiada de São Bartolomeu. Ainda que os réus mencionassem uma composição antiga com o prior da igreja, pela qual não deveriam pagar mais do que 30 soldos anuais, o vigário do bispo de Coimbra, atendendo a que as alcaçarias renderiam cerca de 55 libras ao ano, afirmou perentoriamente que, a existir, essa

⁵³ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 304 (1382.12.17).

⁵⁴ Por exemplo, na petição da dízima de 1382, citada anteriormente, a colegiada de Santa Justa diz que nos anos da safra a dízima do azeite desse lagar poderia ascender a 30 alqueires de azeite e 20 libras dos dinheiros da venda do bagaço, enquanto nos outros anos seria de cerca de 20 alqueires e 10 libras.

⁵⁵ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 311 (1387.11.14).

⁵⁶ Ver Lx, ANTT, COLSCC, mç. 3, doc. 20 (1314.05.07).

composição deveria ser revogada⁵⁷.

As igrejas paroquiais da cidade não ignoravam as quantidades e valores do que se produzia dentro das suas circunscrições, nem a tipologia e variedade do que se produzia. Em 1387, a igreja de Santa Justa citou vários forneiros a trabalhar na sua freguesia, e exigiu a décima parte de todo o tipo de pão que coziam. Nos inícios do mês de junho, Lourenço Esteves foi acusado de dever um ano de dízimas de um forno que tinha emprazado na freguesia de Santa Justa, pelo que ficou obrigado a pagar 1 poia em cada 10 que cozesse⁵⁸. Por essa altura, foi também citado Álvaro Gonçalves, ourives, que trazia emprazado, na freguesia, um forno da Ordem de Cristo de que devia dois anos de dízimas⁵⁹. Neste caso, acabaria por se apresentar no tribunal eclesiástico a forneira Domingas que explorava o referido forno, contratado a Álvaro Gonçalves, ourives. Esta era acusada de só querer entregar as dízimas do pão de segunda e, mais ainda, de responder com blasfémias e más palavras aos dizimeiros que se apresentavam no forno. Domingas diz que, do pão que amassava e cozia, só um quarto ficava para ela e que, se fora agressiva e blasfema para os dizimeiros, era porque nunca as poias haviam sido assim dizimadas⁶⁰. Tudo leva a crer que, num momento de grave crise económica, de atualização das moedas e de carestia frumentária, como foi a segunda metade e os finais do século XIV, as instituições apertavam os mecanismos de recolha dos seus tributos e não condescendiam com os reduzidos valores que caberiam a quem explorava um forno que deveria sustentar tantas rendas⁶¹.

Conclusão.

Do quadro de apresentação dos mesteirais de Coimbra na Idade Média e da abordagem às sentenças eclesiásticas emanadas da Audiência Episcopal de Coimbra, por causa das dízimas aplicadas aos mesteirais, ressalta a imagem de uma cidade dinâmica, económica e socialmente ativa, plural e diversificada, onde as igrejas exerciam uma vigilância e um controlo efetivo sobre o trabalho dos paroquianos.

⁵⁷ Ver Lx, ANTT, COLSBC, mç. 14, doc. 08 (1308.03.08), publicado por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de São Bartolomeu...*, doc. 17.

⁵⁸ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 288 (1387.06.08). Entre 1390 e 1399, Lourenço Esteves é várias vezes referido na documentação, como forneiro do forno de Santa Justa ou forneiro de Santa Justa, ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 4, doc. 79 (1390.07), mç. 18, doc. 378 (1390.10.14), mç. 33, doc. 740 (1394.07.17), mç. 4, doc. 95 (1395.11.01), mç. 26, doc. 565 (1396.07.08), mç. 2, doc. 41 (1396.08.23), mç. 17, doc. 360 (1397.02.12), mç. 4, doc. 98 (1398.10.25), mç. 24, doc. 494 (1399), mç. 26, doc. 530 (1399.03.07).

⁵⁹ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 307 (1387.05.09).

⁶⁰ Ver Lx, ANTT, COLSJC, mç. 15, doc. 289 (1387.06.18).

⁶¹ Gama Barros dá-nos conta de várias queixas ao monarca, nos séculos XIV e XV, de como os clérigos estavam a exigir dízimas pessoais mais elevadas do que aquelas anteriormente cobradas, ver BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Vol. T. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1885.

Sobressai também o conhecimento profundo que as igrejas paroquiais – e o clero que as animava – possuíam sobre os meios, processos e agentes de produção, bem como sobre as quantidades e os valores do que se produzia dentro da cidade e das suas circunscrições paroquiais. No terreno, funcionários das colegiadas, como os priostes e os dizimeiros, vigiavam e faziam executar a, por vezes intrincada, malha de pagamentos de natureza enfiteutica e fiscal. Estes homens conheciam os proprietários das unidades de produção – quando não eram as próprias igrejas – os detentores dos contratos enfiteuticos e, por vezes, os que os subcontratavam. Sabiam a proveniência dos que eram assalariados nas suas freguesias e, com certeza, não ignorariam os valores dos seus salários. Estimavam as quantidades produzidas e a sua correspondência em numerário depois de vendidas.

A cobrança deste tributo, que correspondia, normalmente, a um décimo dos rendimentos dos paroquianos e deveria ser pago antes da subtração das rendas enfiteuticas ou das despesas afetas à produção, podia variar de caso para caso: se os oleiros eram taxados por um valor fixo ao ano, já os lagareiros e os forneiros dos fornos de pão eram submetidos ao pagamento parcial de um décimo da produção, registando-se mesmo uma denúncia do agravo nessa cobrança, em plena crise de finais do século XIV. Tais variações reforçam a percepção de que os lagares e os fornos de pão seriam estruturas de grande rentabilidade, que não colhiam atenuantes fiscais, que permitiam múltiplas concessões e diferentes intermediários entre proprietários e trabalhadores. E, em alguns casos, esses intermediários eram mesmo outros mesterais.

Em nenhum destes processos se identificou o apelo à justiça régia, nem tão pouco à mediação, defesa ou condenação das instâncias concelhias, em todos eles, porém, a parte vencedora foi a igreja paroquial e a sentença assentou sempre nas suas reivindicações. No futuro, esta análise beneficiaria de comparações com a aplicação da fiscalidade eclesiástica aos mesterais de outras cidades portuguesas, assim como da integração de outros mesteres, que nesta amostra não ficaram a descoberto. Deste breve estudo de caso, fica demonstrada a relevância da documentação eclesiástica para se compreender a organização do trabalho na cidade medieval portuguesa e, senão a sua regulamentação, pelo menos o seu controlo por parte do clero paroquial, por via do exercício da fiscalidade e da exigência daquela porção do rendimento do trabalho dos homens e das mulheres que só a Deus era devida.

Tab. 1 – Os mesterais de Coimbra na Idade Média.

Designação do mester	Sector ou tipologia de atividade	Observações
Oleiro(a) Oleiro das louças Telheiro Oleiro das telhas	Barro	Profissões afetas à transformação e comércio
Cirheiro Cirieira Saboeiro	Cebo e cera	Profissões afetas à transformação e comércio
Cesteiro Esteireiro	Cestaria, espartaria	Profissões afetas à transformação e comércio
Tanoeiro	Tanoaria	Profissão afeta à transformação e comércio
Albardeiro Ataqueiro Bainheiro Correeiro Odreiro Peliteiro Sapateiro Seleiro	Couro	Profissões afetas à transformação e comércio
Alvanel (ou alveneiro) Caeiro Carpinteiro Cinzeleiro Colmoeiro Pedreiro Pintor Serrador	Construção	

Alfaiate Alfaiate de pano de linho Chumaceira Faqueiro Jubeteiro Saqueiro Tecedeira Tecedeira de Cintas Tecelão Tosador	Têxteis e vestuário	Profissões afetas à transformação e comércio
Carniceiro Enxerqueiro Fogaceira Forneiro(a) (do pão) Lagareiro Magarefe Moleiro Padeira	Alimentação	Profissões afetas à transformação e comércio

Apesar dos constrangimentos vividos foi possível reunir um conjunto de 19 artigos – apenas um resulta de uma lição apresentada na *Escola de Outono* – produzidos por 20 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda e Rússia, cujas apresentações integraram o programa das *Jornadas*. Todos beneficiaram dos comentários e achegas dos animados debates que as diferentes sessões geraram e dos contributos valorativos dos avaliadores que colaboraram com o desenvolvimento desta obra. Os estudos abrangem predominantemente o espaço peninsular, entendido nas suas distintas unidades políticas cristãs e, ainda que em muito menor grau, o Al-Andalus, sendo que outros incidem sobre paragens mais distantes, como o Magreb, a Inglaterra, a Flandres e Roma. As cronologias trabalhadas privilegiam os séculos finais da Idade Média, algo esperável, uma vez que, para a Península Ibérica, a documentação tardo-medieval cresce em quantidade e qualidade para o estudo de quase todas as temáticas urbanas.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



ISBN 978-989-54529-6-5

